

A dívida e o caminho das pedras

SÉRGIO AMAD COSTA

Aparentemente, há uma grande confusão nesse processo de renegociação da dívida externa brasileira. Mas a confusão é apenas aparente. Há toda



uma lógica nas negociações, que faz sentido. Em geral, percorrer o caminho das pedras, para se obter um acordo global com a comunidade financeira internacional, é um processo lento e tortuoso.

O Brasil, sob a batuta do ministro Marcílio Marques Moreira, vem percorrendo este caminho desde 1991. O trajeto passa, em primeiro lugar, pelo Fundo Monetário Internacional, depois pelo Clube de Paris e, finalmente, pelos bancos privados credores. Só que, na verdade, essas etapas estão interligadas e a assinatura de um acordo depende do aval conseguido mediante outro acordo, e assim por diante.

Agora, durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, o ministro Marcílio Marques Moreira está conseguindo o term-sheet (protocolo do acordo) com o comitê de bancos credores. Para o êxito das negociações, vem sendo fundamental o apoio do FMI e do governo norte-americano. Conseguido isto, o próximo passo será o Senado aprovar esse contrato, enquanto os bancos privados credores,

num prazo de 70 dias, responderão, formalmente, ao comitê credor, sobre sua decisão de se submeter a seus termos.

O refinanciamento da dívida privada gira em torno de US\$ 42 bilhões e, tudo indica, os bancos só terão assinado os contratos deste refinanciamento em meados de 1993. Esse prazo não é uma "anormalidade". É comum nestes tipos de negociação. O México, por exemplo, após ter firmado o acordo, levou dez meses para concluir a assinatura dos contratos.

Pois bem, o Brasil, apesar de toda a crise política, está se saindo satisfatoriamente nesta atual renegociação em Washington, graças à força que o FMI tem dado, mostrando acreditar nas linhas gerais do programa econômico brasileiro. Mas aí vem a pergunta: não está suspenso o acordo firmado entre o FMI e o Brasil? Está. Aliás, de certa forma, é outro fato normal neste processo de renegociação global da dívida.

No início deste ano, o FMI aprovou a carta de intenção do governo brasileiro com as metas para a economia do País. Os principais pontos foram: o dinheiro será controlado com bases de juros reais; a inflação terá redução gradual até atingir 2% em dezembro e taxa anual de 20% em 93; nossas reservas ficarão em torno de US\$ 9 bilhões; o superávit na balança comercial, em 1992, será de US\$ 12 bilhões; os preços serão livres e haverá abertura do mercado interno; os preços públicos terão aumento real de 15% este ano.

Com este acordo o Brasil se candidatou à linha de crédito de US\$ 2 bilhões, a ser desembolsada em parcelas trimestrais, mediante o cumprimento das metas estabelecidas na carta de intenção. Entretanto, no segundo trimestre, algumas das metas não foram cumpridas, o acordo foi suspenso e não recebemos a segunda parcela do empréstimo. Porém, faz parte do processo de negociação esta suspensão, pois é temporária e o governo pode pedir uma revisão da carta de intenções.

O fato é que até hoje o País já enviou 11 cartas de intenções ao FMI, desde 1982. Nenhuma delas foi cumprida. Mas desta vez o Fundo está demonstrando muito mais flexibilidade do que das anteriores. Pois, se por um lado a inflação resiste, por outro algumas metas têm sido atingidas, como o fim da reserva de mercado e a redução das tarifas de importações.

Tudo indica que a comunidade financeira internacional reconhece, na condução do ministro Marcílio, uma noção real do caminho das pedras para obter um acordo global da dívida. Mas é importante que a população brasileira também perceba isso. E, como devedora, esteja ciente de que, neste caso, não há santo milagreiro. Seja qual for o presidente, precisamos de recursos externos, que só virão quando realmente concluirmos os acordos da dívida.

■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.